

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 251TF-043-PB-RM1



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós e nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

Ativo

		2023	2022 (Reapresentado e não auditado)
	Notas		
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	202	38.376
Contas a receber	-	484	-
Tributos a recuperar	10	707	49
Estoques	8	2.250	-
Adiantamento a fornecedores	9	2.826	-
Despesas antecipadas	11	584	265
Outros créditos	-	105	-
Total do ativo circulante		7.157	38.690
Ativo não circulante			
Transações com partes relacionadas	15	33.621	8.945
Impostos diferidos	21	959	-
Imobilizado	12	63	-
Ativos de contrato de concessão de serviços	7	15.405	5.514
Total do ativo não circulante		50.048	14.459
Total do ativo		57.205	53.149

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

		2023	2022 (Reapresentado e não auditado)
	Notas		
Passivo circulante			
Fornecedores	-	3.800	201
Salários e encargos sociais	13	271	-
Tributos correntes a recolher	14	915	203
Total do passivo circulante		4.986	404
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	21	2.195	809
Total do passivo não circulante		2.195	809
Patrimônio líquido			
Capital social	16	51.480	51.480
Reserva de lucros	-	-	456
Lucro líquido/prejuízo do exercício	-	(1.456)	-
Total do patrimônio líquido		50.024	51.936
Total do passivo e do patrimônio líquido		57.205	53.149

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022 (Reapresentado e não auditado)
Receita operacional líquida	17	10.896	4.729
Custo dos serviços prestados	18	(12.681)	(4.660)
Lucro bruto		(1.785)	68
Despesas administrativas e comerciais	19	(2.605)	(537)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos		(4.390)	(469)
Receitas financeiras	20	1.622	1.152
Despesas financeiras	20	(125)	-
Resultado financeiro		1.497	1.152
Prejuízo antes dos impostos		(2.893)	682
Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	-	(203)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	982	(23)
Lucro líquido/prejuízo do exercício		(1.912)	456

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022 (Reapresentado e não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.912)	456
Resultado abrangente total	(1.912)	456

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Constituição capital social em 16 de fevereiro de 2022	16	51.480	-	-	51.480
Lucro líquido do exercício	-	-	-	456	456
Reserva de lucros	16.2	-	456	(456)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado, reapresentado)	16	51.480	456	-	51.936
Prejuízo do exercício	16	-	-	(1.912)	(1.912)
Reserva de lucros	16.2	-	(456)	456	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		51.480	-	(1.456)	50.024

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

		2023	2022 (Reapresentado e não auditado)
	Notas		
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.912)	456
Ajustes ao resultado do exercício	-	434	809
Depreciação	-	6	-
Impostos diferidos	-	428	809
Variações nos ativos e passivos operacionais	-	(11.952)	(5.424)
Clientes	-	(484)	-
Estoques	-	(2.250)	-
Adiantamento a fornecedores	-	(2.826)	-
Impostos a recuperar	-	(407)	(49)
Despesas antecipadas	-	(571)	(265)
Outros ativos circulantes	-	(105)	-
Ativos de Contratos (AC)	7	(9.891)	(5.514)
Fornecedores	-	3.599	201
Salários e encargos sociais	-	271	-
Tributos correntes a recolher	-	712	203
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(13.430)	(4.159)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Transações com partes relacionadas	-	(24.675)	(8.945)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(69)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(24.744)	(8.945)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização do capital social	-	-	51.480
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		-	51.480
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(38.174)	38.376
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	-	38.376	-
Caixa e equivalentes de caixa fim do exercício	-	202	38.376
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(38.174)	38.376

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. (“Companhia”), companhia privada de capital fechado por ações, foi constituída em 10 de junho de 2022 e está estabelecida a Rua Dr. Argemiro Orlando Doto, 76 – Jardim Nova Califórnia, Campinas – SP. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem por objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços de iluminação pública do município de Campinas – SP, incluindo o desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção do conjunto de equipamentos que compõem a infraestrutura da rede municipal de iluminação pública, nela incluindo todos os pontos de iluminação pública localizados dentro dos limites territoriais do Município de Campinas – SP, em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão, firmado entre o Município de Campinas (Poder Concedente) e a Companhia (o “Contrato”), em virtude do procedimento licitatório constante no Edital da Concorrência nº 09/2021 (Edital).

O Termo de Concessão 135/22 foi assinado em 12 de setembro de 2022 com prazo de vigência de 13 anos, contados a partir da data de eficácia, podendo ser prorrogado por igual período.

Compõem o objeto do Contrato de Concessão as seguintes atividades:

- **Desenvolvimento, expansão e modernização:** elaboração dos planos, projetos, aquisição de equipamentos e execução das obras e serviços necessários à atualização, adequação e expansão da rede municipal de iluminação pública, para atendimento das obrigações, especificações e parâmetros de qualidade previstos no contrato, incluída a implantação de sistema de telegestão;
- **Eficientização Energética:** elaboração dos planos, projetos, aquisição de equipamentos e execução das obras e serviços na rede municipal de iluminação pública necessários ao atendimento das metas de redução de consumo de energia elétrica;
- **Operação e manutenção:** atividades operacionais e de manutenção preventiva e corretiva da rede municipal de iluminação pública para atendimento das especificações e parâmetros de qualidade previstos no contrato.

A Companhia poderá também explorar atividades relacionadas, diretamente ou mediante a celebração de contratos com terceiros, desde que previamente autorizado pelo poder concedente e desde que a exploração comercial pretendida não prejudique os padrões de segurança, qualidade e desempenho dos serviços e seja compatível com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao Contrato.

Atualmente o projeto encontra-se na fase II do Contrato e já havia realizado a modernização de aproximadamente 4.100 mil pontos de iluminação pública até o final do exercício de 2023.

Como usual em implementação de projetos de infraestrutura, a Companhia encontra-se na fase caracterizada pelos investimentos iniciais necessários para construção e desenvolvimento dos ativos operacionais, onde é comum que haja consumo significativo de recursos financeiros, impactando temporariamente os indicadores de liquidez, e que são equacionados por aportes de capital dos acionistas e/ou captações de recursos por meio de financiamentos.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, que compreendem aquelas incluídas da legislação societária brasileira e os orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo e evidenciam todas as informações relevantes próprias nas demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 31 de janeiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, pois representa todas as condições principais de operação: receitas, custos e despesas principais. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos resultados inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a: avaliação dos ativos de contratos pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, conforme previsto no contrato de concessão.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superior a um ano.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações contábeis anuais da Companhia.

3.1. Ativos de Contrato de Concessão

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (TRAC) ou TIR por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada. A revisão ensejará ajustes no Valor Justo deste ativo.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP – Parceria Público Privada (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance). A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Mantidos com a finalidade de atender a compromissos de investimento e às necessidades de caixa de curto prazo.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

O custo dos estoques compreende o custo de aquisição, gastos com importação e transporte.

3.4. Tributos correntes e diferidos

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.

ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados, quando aplicável, no ativo e/ou passivo, não circulante, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente. Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a existência de base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Impostos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Nos contratos com a administração pública de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço pré-determinado, de bens e serviços a serem produzidos, com prazo de execução superior a um ano, a receita bruta não se baseia na emissão de notas fiscais, mas no seu auferimento nos termos da legislação pertinente, sendo que, nos contratos firmados com a administração pública, independentemente do prazo de execução/produção do contrato, o pagamento do PIS/PASEP e da Cofins poderão ser diferidos até a data do recebimento do preço. Nessa hipótese, a pessoa jurídica contratada pode excluir da base de cálculo do mês do auferimento da receita o valor da parcela ainda não recebida para adicioná-la à base de cálculo do mês do seu efetivo recebimento.

3.5. Operações com partes relacionadas

As transações financeiras realizadas com empresas acionistas e outras empresas relacionadas são registradas ao valor da transação, com a apropriação de juros ou encargos, quando houver contrato com estas condições

3.6. Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos do contrato de concessão. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A taxa de depreciação aplicadas ao ano é estimada como segue:

Computadores e periféricos: 20%.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à realização das atividades da Companhia, reconhecidos no início de cada operação, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, também são submetidos às depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada e pelo método linear dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda como valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A administração revisa anualmente se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

3.7. Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

3.9. Obrigações trabalhistas

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do período e nas demonstrações contábeis. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

A Companhia não reconhece nenhuma provisão de manutenção, relacionada ao término da concessão, tendo em vista que a vida útil das luminárias instaladas é superior ao prazo de concessão e observa todas previsões e exigências do contrato que precisam ser atendidas ao final do contrato.

3.11. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

a) Receitas operacionais: a Companhia reconhece a receita quando: **(i)** identifica os contratos com os clientes; **(ii)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **(iii)** determina o preço da transação; **(iv)** aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e **(v)** satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços.

As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base nos serviços completados mensais.

As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são:

- **Receita de construção:** refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública do município do Rio de Janeiro. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão;
- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação dos valores previstos no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos.
- **Receita de remuneração do ativo de contrato:** refere-se ao registro da TRAC da concessão, que é apurada mensalmente sobre o valor do saldo do ativo de contrato. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no plano de negócios original. (Vide Nota Explicativa nº3.1).

b) Receitas e despesas financeiras: as receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações contábeis. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Ativo financeiro:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em VJR, e os Títulos e valores mobiliários e as contas a receber de ativo de contrato da concessão são classificados ao custo amortizado. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.
- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

• **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

3.14. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

3.15. Reapresentação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022

Durante os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia identificou ajustes de exercícios anteriores os quais estão sendo registrados em conta do patrimônio líquido. Sendo assim, a Companhia procedeu com a reapresentação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e das respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência do ajuste contábil de competência desse exercício. A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto no CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro item 43, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	2022 (Reapresentado e não auditado)	Ajuste	2022 (Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	38.376	-	38.376
Ativos de contrato de concessão de serviços	5.456	-	5.456
Tributos a recuperar	49	-	49
Despesas antecipadas	265	-	265
Transações com partes relacionadas	8.945	-	8.945
Outros créditos	-	-	-
Total do ativo circulante	53.091	-	53.091
Ativo não circulante			
Ativos de contrato de concessão de serviços	58	58	-
Total do ativo não circulante	58	58	-
Total do ativo	53.149	58	53.091
Passivo circulante			
Fornecedores	201	-	201
Tributos correntes a recolher	203	(164)	366
Total do passivo circulante	404	(164)	567

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	2022 (Reapresentado e não auditado)	Ajuste	2022 (Não auditado)
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	809	698	111
Total do passivo não circulante	809	698	111
Patrimônio líquido			
Capital social	51.480	-	51.480
Lucro líquido/prejuízo do exercício	456	(476)	932
Total do patrimônio líquido	51.936	(476)	52.412
Total do passivo e do patrimônio líquido	53.149	(58)	53.091

	2022 (Reapresentado e Não auditado)	Ajuste	2022 (Não auditado)
Receita operacional líquida	4.729	(728)	5.456
Custo dos serviços prestados	(4.660)	-	(4.660)
Lucro bruto	68	(728)	796
Despesas administrativas e comerciais	(537)	-	(537)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos	(469)	(728)	258
Receitas financeiras	1.152	-	1.152
Resultado financeiro	1.152	-	1.152
Prejuízo antes dos impostos	682	(728)	1.410
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(203)	164	(367)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23)	88	(111)
Lucro líquido/prejuízo do exercício	456	(476)	932

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Constituição capital social em 16 de fevereiro de 2022	51.480	-	-	51.480
Lucro líquido do exercício	-	-	931	931
Reserva de lucros a realizar	-	931	(931)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	51.480	931	-	52.411

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Constituição capital social em 16 de fevereiro de 2022	51.480	-	-	51.480
Lucro líquido do exercício	-	-	931	931
Ajuste de exercício	-	-	(476)	(476)
Reserva de lucros a realizar	-	456	(456)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado e não auditado)	51.480	456	-	51.936

	2022 (Reapresentado e Não auditado)	Ajuste	2022 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	456	(476)	932
Ajustes ao lucro do exercício	(4.686)	640	(5.326)
Impostos diferido	809	698	111
Seguros	19	-	19
Ativos de contratos AC	(5.514)	(58)	(5.456)
Variações nos ativos e passivos operacionais	71	(164)	235
Impostos a recuperar AC	(49)	-	(49)
Despesas antecipadas	(284)	-	(284)
Fornecedores	201	-	201
Tributos correntes a recolher	203	(164)	367
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(4.159)	-	(4.159)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Transações com partes relacionadas	(8.945)	-	(8.945)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(8.945)	-	(8.945)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização do capital social	51.480	-	51.480
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	51.480	-	51.480
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	38.376	-	38.376
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa fim do exercício	38.376	-	38.376
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	38.376	-	38.376

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Durante o exercício de 2023, foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2023:

Norma ou interpretação	Descrição
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC 25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 A doção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2023. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não permite a adoção antecipada no Brasil.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3)/IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

5.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

A Companhia não está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 194 (R\$ 38.373 em 31 de dezembro de 2022) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

5.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia e depósitos bancários:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Fixo	8	3
Bancos conta movimento	-	-
Aplicações financeiras (i)	194	38.373
Total	202	38.376

(i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual próxima de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A disponibilidade dos resgates pode ser, à vista e em até dois dias úteis. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Os recursos em caixa e equivalentes de caixa serão utilizados para financiamento dos investimentos a serem realizados no âmbito do Contrato de Parceria Público-Privada na Modalidade de concessão Administrativa celebrado entre a Companhia e o Município de Campinas.

7. Ativo de contrato

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (TRAC) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, mantida até o final do contrato, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo de contrato		
Não circulante	15.405	5.514
Total	15.405	5.514

Composição do ativo financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	5.514	-
Constituição/custo de construção	9.284	5.435
Remuneração do ativo de contrato	606	79
Saldo final	15.405	5.514
TRAC (ao ano)	6,51%	6,51%

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

O saldo se refere ao direito de receber recursos através de contraprestações mensais estabelecidos no contrato de concessão de modernização da rede de iluminação pública do município de Campinas.

A Companhia adota a taxa de 4,00% a.a. como projeção do IPCA, para fins de cálculo da remuneração do ativo em razão dos critérios de correção e ajustes da contraprestação previstos no contrato de concessão. O contrato firmado entre as partes não prevê margem de construção.

O ajuste a valor presente reflete o ajuste de saldos entre o realizado do contrato de concessão e o plano de negócios inicial.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

Recebimento	
2024	-
2025	7.839
2026	7.566

A Companhia avaliou as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado conforme CPC 48. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indícios e qualquer risco de *impairment*.

A Companhia não reconhece nenhuma provisão relacionada ao término da concessão tendo em vista que a vida útil das luminárias instaladas é superior ao prazo de concessão e observa todas previsões e exigências do contrato que precisam ser atendidas ao final do contrato.

8. Estoque

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado	2.250	-
Total	2.250	-

No decorrer do ano de 2023 foram realizadas aquisições de materiais necessários tanto para efficientização, alocadas no investimento, quanto para a operação e manutenção, contabilizada no resultado da Companhia, além de reserva para o próximo exercício, com consequente aumento dos valores de materiais em estoque.

9. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	2.826	-
Total	2.826	-

Refere-se a pagamentos antecipados realizado a fornecedores, que tem por finalidade a aquisição de insumos e/ou prestação de serviços contratados que serão aplicados na operação da Companhia e/ou consumidos na prestação dos serviços relativos ao contrato de concessão.

10. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicações	516	49
Outros impostos	191	-
Total	707	49

11. Despesas antecipadas

	31/12/2023	31/12/2022
Seguro de responsabilidade civil	59	-
Seguro risco de engenharia	202	-
Seguro garantia	206	265
Seguro de riscos nomeados e operacionais	117	-
Total	584	265

Movimentação analítica

A movimentação analítica dos prêmios de seguros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 encontra-se demonstrada a seguir:

Custo histórico	31/12/2022	Adição	Apropriação	31/12/2023
Seguro de responsabilidade civil	-	95	(36)	59
Seguro risco de engenharia	-	300	(98)	202
Seguro garantia	265	-	(58)	207
Seguro de riscos nomeados e operacionais	-	175	(59)	116
Total	265	570	(251)	584

Os saldos das despesas antecipadas da Companhia estão representados pelos prêmios dos seguros contratados, conforme determinado no Termo de Concessão.

12. Imobilizado

Descrição	% Taxa de depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	63	-
Total		63	-

Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 encontra-se demonstrada a seguir:

Custo histórico	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023
Computadores e periféricos	-	69	-	69
Total	-	69	-	69

Depreciação	31/12/2022	Depreciação	Baixa	31/12/2023
Computadores e periféricos	-	(6)	-	(6)
Total	-	(6)	-	(6)

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia, utilizando a mesma premissa e base de 31 de dezembro de 2023, não identificou indícios e qualquer risco de *impairment*. Para essas demonstrações contábeis, não ocorreram mudanças significativas.

13. Salários e encargos sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	72	-
INSS a recolher	85	-
FGTS a recolher	8	-
IRRF a recolher	23	-
Provisões trabalhistas	83	-
Total	271	-

14. Tributos correntes a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Cofins a recolher (i)	279	-
PIS a recolher (i)	57	-
Contribuição Social 5952 (ii)	194	-
IRRF (ii)	89	-
ISS (i)	91	-
INSS (ii)	2	-
IRPJ (iii)	147	147
CSLL (iii)	55	55
Total	915	202

(i) Impostos sobre o Faturamento e Provisão de Receita: Refere-se aos tributos incidentes sobre as vendas e serviços prestados, bem como às provisões feitas para receitas futuras.

(ii) Impostos sobre Retenções de Fornecedores: Inclui os impostos retidos na fonte sobre pagamentos a fornecedores, como IRRF, PIS, Cofins e CSLL.

(iii) Impostos em Aberto sobre o Lucro do Exercício Anterior: Refere-se aos tributos devidos sobre o lucro do exercício anterior que ainda não foram pagos, sem a incidência de multas e juros.

15. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir e referem-se a conta corrente junto a acionistas e/ou empresas relacionadas para gestão de caixa, os quais são pactuados sem encargos e sem vencimento:

Acionistas	31/12/2023	31/12/2022
High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda.	9.125	-
Green Luce Soluções Energéticas S/A	7.120	-
Proteres Participações S/A	17.285	-
Conta corrente acionistas diversos	-	8.939
Total do ativo	33.530	8.939

Empresas relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Conecta Feira de Santana	50	-
Light Technology Serviços e Empreendimentos	16	5
Smart Luz	25	-
Total ativo	91	5

Total partes relacionadas	33.621	8.945
----------------------------------	---------------	--------------

Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2023, não foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores nenhum montante, nem pagos na forma de salários, não existindo bônus ou quaisquer outras formas de remuneração pela Companhia, sendo realizados por outras empresas do grupo.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social de R\$ 51.480 foi totalmente integralizado em 01 de julho de 2022, representado por 51.480.000 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Ações	Valor (R\$)
High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda.	13.384.800	13.384.800
Green Luce Soluções Energéticas S/A	13.384.800	13.384.800
Proteres Participações S/A	1.029.600	1.029.600
Severo Villares projetos e Construções	23.680.800	23.680.800
Total	51.480.000	51.480.000

16.2. Reservas de lucro

Reserva legal

Constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social, somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

A Companhia, em conformidade com seu estatuto social, mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar seus investimentos, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios e são formadas com o saldo remanescente do exercício após as deduções legais e estatutárias, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado;
- Distribuição de lucros mínimos obrigatórios, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva para contingências, conforme definido pelo estatuto social).

17. Receita operacional, líquida

	2023	2022
Receita de operação e manutenção (a)	2.812	-
Receita bruta de construção (b)	9.284	5.435
Remuneração do ativo de contrato (c)	606	79
Receita operacional	12.703	5.514
Imposto sobre a receita (ISS)	(14)	-
Imposto diferido sobre a receita (ISS)	(494)	(276)
Imposto sobre a receita (PIS)	(46)	-
Imposto diferidos sobre a receita (PIS)	(163)	(91)
Imposto sobre a receita (Cofins)	(211)	-
Imposto diferidos sobre a receita (Cofins)	(752)	(419)
Total	(1.807)	(786)
Receita operacional líquida	10.896	4.729

(a) Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, visando ações corretivas e preventivas, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento.

(b) Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública do município de Campinas. O reconhecimento e contabilização das receitas ocorre à medida que os custos efetivos são incorridos;

(c) Refere-se à taxa de remuneração do ativo de contrato aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura. As taxas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.

18. Custos dos serviços prestados

	2023	2022
Materiais	(349)	-
Pessoal	(1.382)	(9)
Serviços	(2.637)	-
Arrendamentos e aluguéis	(352)	-
Custo de construção (a)	(7.961)	(4.651)
Total custos dos serviços prestados	(12.681)	(4.660)

(a) Refere se aos custos necessários referente materiais e mão de obra aplicados na prestação de serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública do município de Campinas.

19. Gerais e administrativas

	2023	2022
Materiais diversos	(73)	-
Utilidades e serviços	(30)	-
Telecomunicações	(4)	-
Viagens e estadias	(65)	-
Despesas administrativas	(572)	(511)
Consultoria e assessoria	(527)	-
Segurança e vigilância	(284)	(26)
Administração e projetos	(626)	-
Despesa de locação	(3)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	2023	2022
Despesas gerais	(149)	-
Seguros	(266)	-
Total despesas gerais e administrativas	(2.599)	(537)
Depreciação	(6)	-
Total outras receitas (despesas) operacionais	(6)	-
Total despesas administrativas e comerciais	(2.605)	(537)

20. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.622	1.152
Total	1.622	1.152
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(5)	-
Juros de mora	(4)	-
Multa sobre recolhimento em atraso	(6)	-
IOF	(3)	-
Juros sobre conta garantida	(30)	-
Outras despesas financeiras	(77)	-
Total	(125)	-
Total resultado financeiro, líquido	1.497	1.152

21. Impostos diferidos**a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferida:**

Os impostos diferidos são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	152	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para custos incorridos	807	-
Ativo diferido (i)	959	-

b) Outros impostos diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	-	(17)
Contribuição social diferido	-	(6)
PIS diferido	(254)	(91)
Cofins diferido	(1.171)	(419)
ISS diferido	(770)	(276)
Passivo diferido (ii)	(2.195)	(809)

(i) O ativo fiscal diferido é registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes sendo reconhecido sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Esse ativo representa o benefício futuro de redução de impostos a pagar, decorrente principalmente dos prejuízos fiscais, e a realização está prevista para ocorrer ao longo da vigência do contrato de concessão, conforme projeções financeiras elaboradas pela administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

(ii) O passivo fiscal diferido é reconhecido sobre diferenças temporárias tributáveis que resultarão em tributos a pagar no futuro, em conformidade com o regime de competência. Essas diferenças estão relacionadas principalmente ao reconhecimento da receita de construção e remuneração do ativo de contrato, que serão tributadas ao passo do recebimento.

	2023	2022
Lucro/prejuízo do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social	(2.894)	682
Alíquota sobre LAIR	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social	982	(226)
Despesa de imposto corrente		(203)
Despesa de imposto diferido	(982)	(23)

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência (De/ Até)	Limite máximo de indenização (em milhares de reais)
Riscos nomeados e operacionais	Cobertura básica de danos materiais, cobrindo todos os riscos operacionais, ocorridos de forma acidental, súbita e imprevista aos bens segurados, incluindo, mas não limitados a: • Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza; • Desmoronamento, terremoto; • Queda de aeronave; • Quebra de máquinas; • Equipamentos portáteis.	01/09/2023 até 01/09/2024	30.000
Risco de engenharia	Serviço de iluminação pública: compreendendo o planejamento, a operação, a manutenção, a recuperação, a ampliação, a instalação, a implantação, a modernização, a efficientização, o melhoramento e o desenvolvimento da rede e demais infraestruturas aplicadas ou que impactem na Iluminação Pública. Serviços complementares: substituição de postes de uso exclusivo de Iluminação Pública, ampliação da rede, operação e manutenção das unidades adicionais. Centro de controle operacional: construção, instalação/montagem e colocação em operação.	24/01/2023 até 01/12/2025	93.000

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais , exceto se de outra forma mencionado)

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência (De/Até)	Limite máximo de indenização (em milhares de reais)
Responsabilidade civil geral	Obras civis e/ou serviços de instalação e/ou montagem de máquinas e/ou equipamentos: • Obras civis; • Montagens e instalações; • Fundações; • Erro de projeto; • Cruzada.	24/01/2023 até 30/06/2025	20.000
Seguro garantia	Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.	25/07/2022 até 25/07/2027	8.580

23. Eventos subsequentes

Em 25 de outubro de 2024, a Companhia realizou a emissão de debêntures no montante de R\$ 40.000 mil. As debêntures possuem vencimento em 12 meses, com remuneração de CDI + 6% e carência de principal e juros até o vencimento.

Em 02 de dezembro de 2024, a Companhia contratou uma operação de financiamento por meio da emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Santander, no valor de R\$ 278 mil. A CCB possui vencimento em 12 meses, com remuneração a 2% ao mês.

* * *